

■ *ENCONTROS E DESENCONTOS DA COEXISTÊNCIA – O PAPEL DO INTÉRPRETE-TRADUTOR NA SOCIEDADE DE MACAU*

RUI M. DE SOUSA ROCHA

Delegação da Fundação Oriente em Macau, Macau

Paiva, Maria Manuela Gomes, *Encontros e Desencontros da Coexistência – o papel do intérprete-tradutor na sociedade de Macau*. Macau: Livros do Oriente, 2004. 159 pp. ISBN: 99937-658-4-8

Existem três razões, substanciais, que aconselham a leitura do livro *Encontros e Desencontros da Coexistência – o papel do intérprete-tradutor na sociedade de Macau*.



A primeira, pela natureza e, sobretudo, pela raridade do tema no panorama investigativo e académico em Portugal; a segunda, pela circunstância de ser a primeira dissertação académica que se debruça sobre a tradução técnica em Macau; e, finalmente, a última, pela ausência de qualquer trabalho, de âmbito académico, que analise a história do intérprete tradutor em Macau, a sua função de mediador linguístico-cultural, a sua formação e o seu futuro na agora designada Região Administrativa Especial de Macau.

Os motivos pelo desapego a esta área de saber são conhecidos.

Portugal presumia-se e via-se a si próprio, até há bem pouco tempo, como um país monolíngue, como se essa figura territorial no campo linguístico existisse.

Estranha-se tão prolongada presunção, pois se, por um lado, tivemos uma ocupação árabe em Portugal quase duzentos anos, por outro lado, Portugal foi uma potência ocupante e administrante, durante quase 500 anos, nos seis cantos do Planeta, se incluirmos o grande **continente** Oceano. Temos ainda o mirandês desde o séc. XII,

temos o galego, temos o caló, temos as comunidades chinesas, indianas, africanas e, mais recentemente, os imigrantes das línguas eslavas e da Europa Central.

Estranha-se, por tudo isto, que nunca tenhamos tido, nem uma tradição de estudo das línguas, nem uma tradição do estudo da tradução, nem uma Escola de Toledo como a vizinha Espanha.

E no que se reporta aos diferentes Orientes de presença portuguesa, a situação é verdadeiramente inexplicável.

De facto, Portugal não tem, no início do século XXI, uma escola de sinólogos, nem de nipólogos, nem de indianólogos. Tem apenas sinófilos ou sinómanos, e nipófilos ou nipómanos, e sobre o imenso **império** cultural indiano creio que, nem uma coisa, nem outra.

Dramaticamente, Portugal nem sequer tem uma escola de arabistas, com o mundo árabe tão dentro da nossa memória colectiva, da nossa personalidade modal e da nossa semântica.

No entanto, foi no séc XVII que um português, João Rodrigues, redigiu a primeira gramática de língua japonesa; outros dois portugueses, Gaspar do Amaral e António Barbosa, redigiram o primeiro dicionário anamita-português-latim; e, já no séc. XVI, se havia «publicado» em Macau o primeiro dicionário de Português-Chinês.

Este é o estado da Nação em termos de presunção do que é o seu território linguístico nacional e, sobretudo, em termos de raridade de investigação nas áreas da Tradução e da Sociolinguística.

Para além das razões apontadas, este trabalho é pioneiro e inovador, como manda a boa regra de uma tese de mestrado ou de doutoramento, o que levou a Fundação Oriente a apoiar a sua edição, até pela vocação que estatutariamente assumiu, ao querer protagonizar a compreensão e o reforço das relações histórico-culturais entre o Extremo Ocidente e o Extremo Oriente, que tem em Macau e na China as suas principais referências.

Mas a estranheza maior é verificar que, em Macau, após 500 anos de mediação linguístico-cultural entre culturas tão diferentes, se sabe pouco ou nada sobre essa mediação, isto é, que história, que função, que formação, que futuro, o do intérprete-tradutor em Macau. Porque também a investigação linguística e sociolinguística em Macau e sobre Macau é uma imensa folha branca. Há apenas a honrosa excepção dos trabalhos da Dr.^a Graciete Batalha sobre o patoá, bem como quatro ou cinco trabalhos de dissertação de mestrado defendidos, e alguns editados, pela Universidade de Macau, um livro sobre o cantonês do académico, Prof. Chang Pak Fei, e pouco mais.

No entanto, existe uma multiplicidade de interessantes domínios, quer na área da Linguística Chinesa em Macau, quer na área da Sociolinguística Portuguesa em Macau, quer no cruzamento de ambas nos domínios dos contactos, interferências e

empréstimos interlinguísticos, *code-switching*, *code-mixing*, tanto na comunidade macaense, como na comunidade chinesa de Macau.

Quando falamos de Tradução em Macau, temos obrigatoriamente de associar esta área de saber aos luso-descendentes de Macau, vulgarmente designados por Macaenses.

Afirmou o Prof. Doutor Luís Filipe Barreto que a construção da cidade portuária de Macau, sendo um resultado do trabalho conjunto de portugueses e chineses, é, sobretudo, uma invenção essencialmente construída pela comunidade macaense.

Na verdade foi esta comunidade que, diariamente e ao longo dos cinco séculos, dialogou com os nacionais portugueses, primeiro, do Reino e, depois, da República, e com os nacionais chineses, primeiro, do Império do Meio e, depois, do Império de Mao, negociando consensos e dissolvendo dissensos, tornando gerível, a cada momento, os destinos de Macau, mercê de um apurado refinamento de comunicação intercultural.

Mas foi esta comunidade, também, que em última instância mais sofreu, na sua própria terra, os revezes de um exercício de soberania sobre Macau, sempre repartida entre um soberano sempre distante demais e outro soberano sempre perto demais.

Respondendo à pergunta que inicia o excelente artigo, de indispensável e obrigatória leitura, de Cecília Jorge, "Intérpretes-tradutores, a ponte da Coexistência" (*Revista Macau*, II série, n.º 7, Macau, Novembro 1992), na verdade não «teria sido possível aos portugueses administrarem Macau não fosse a existência de uma pequena comunidade bilingue e bicultural de onde saíu, ao longo dos séculos, um ainda menor grupo de profissionais na arte de se fazerem entender lusófonos e chineses».

Portugal não acompanhou, e muito menos soube usufruir, aplicando a Macau, quer as experiências realizadas por outros países em matéria de políticas e de planeamento linguísticos em contextos bi ou pluriculturais, quer os resultados da investigação desenvolvida, entre as décadas de 60 e 80, nos domínios do bilinguismo e do planeamento linguístico.

Não soube (ou não quis) reafirmar, em Macau, os princípios da singularidade de um território e da personalidade de uma comunidade, sua, portuguesa, através da promoção de uma política e de um planeamento linguísticos que tivessem em conta as línguas em presença, a portuguesa e a chinesa, os seus domínios sociais de actuação e as suas formas de organização curricular no sistema educativo.

Mesmo hoje, estando as línguas portuguesa e chinesa consignadas na Declaração Conjunta e na Lei Básica com o estatuto de línguas oficiais de Macau, não se ensina a língua portuguesa nas escolas chinesas subsidiadas pela Administração, ou apenas se ensina pontualmente; como ainda não se ensina a língua chinesa na Escola Portuguesa de Macau senão apenas como uma apagada disciplina de opção, sobretudo se tivermos em conta que a população discente desta escola é constituída por cerca de 71 % de crianças e jovens naturais de Macau.

Manuela Paiva, com a autoridade científica que lhe era reconhecida em Macau enquanto Directora da Escola Superior de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico

de Macau durante vários anos, abriu-nos, com o seu cuidadoso trabalho de investigação sobre a Tradução em Macau, para uma realidade demasiado presente no nosso quotidiano, para ser tão inexplicavelmente esquecida como domínio de ensino e de investigação, tanto em Portugal, como em Macau. O importante, agora, é que a generosa intenção que este livro nos oferece seja um estímulo para novas produções neste domínio, mesmo em condições mais adversas do que aquelas que tivemos e que não soubemos, ou não quisemos, aproveitar. ■